



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: Nº 23.697.857/0001-08
São Luís Gonzaga do Maranhão - MA
Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA
APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
SESSÃO DO DIA 29/08/2025

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO

Aos vinte e dois do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, no prédio do Palácio Municipal Serapião Ramos, situado na Avenida João Pessoa, nº 33, Centro, foi realizada a décima sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão, sob a Presidência do Vereador Greison Ribeiro Araújo e com a Mesa Diretora composta pelos vereadores: Francisco Eraldo Silva de Oliveira (Primeiro Vice-Presidente), Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano (Primeira-Secretária), e os demais vereadores: Anne Karolline da Conceição Santos, Antônia Hermenegilda Canuto, Arlete Oliveira Nunes, Eleonilson Nascimento Gomes, Eliseu Araújo de Sousa, Raimundo Nonato Moraes Salazar e Rafael Luna Dantas da Silva. Sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária. Em seguida, solicitou à Primeira Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à chamada nominal dos vereadores. Constatou-se a presença de dez parlamentares. O Presidente Greison justificou a ausência da vereadora Marineide Lisboa que estava ausente por motivos pessoais. Em seguida, o presidente Greison colocou em discussão e votação a ata da décima sexta Sessão Ordinária, a qual foi **APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS**. O Presidente Greison abriu o pequeno expediente. O vereador Eraldo pediu a dispensa do pequeno expediente. O Presidente Greison colocou a dispensa do pequeno expediente em votação, sendo a dispensa **APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS**. Logo em seguida o presidente Greison solicitou à primeira secretaria Marilene Jerônimo para que ela fizesse a leitura do **Ofício de Representação por Perturbação do Sossego** enviado a delegacia de polícia civil aos cuidados do **Dr. Antônio de Lima Paulino**. Logo em seguida, o Presidente Greison solicitou à primeira secretaria Marilene Jerônimo que fizesse a leitura do **Ofício Nº 37/2025 sobre a solicitação de uso da sala do plenário, no dia vinte e dois de agosto, para palestra com o tema: Violência contra a Mulher**. Logo em seguida o Presidente Greison disponibilizou a tribuna do plenário para que os convidados discursassem.

Janaina iniciou seu discurso cumprimentando todos os presentes. Agradeceu, com alegria, à Câmara Municipal, ao presidente Greison e a toda a diretoria da Casa pelo acolhimento e pela oportunidade de abordar um tema de grande relevância para o município de São Luís Gonzaga: o agosto Lilás, campanha de combate à violência contra a mulher. Ela destacou, com satisfação, a presença de autoridades e profissionais que engrandeceram o evento, como a primeira-tenente Soraia de Sousa Ibiapina Brito, coordenadora da Patrulha Maria da Penha do 15º Batalhão da Polícia Militar. Também registrou a presença de representantes das secretarias de Assistência Social, dos órgãos CREAS e CRAS, além de todo o corpo técnico da assistência social — psicólogos, advogados e coordenadores



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

— profissionais que atuam diariamente no enfrentamento à violência contra a mulher no município. Janaina mencionou ainda a presença do senhor Fábio Miranda, assessor do juiz e representante do Poder Judiciário, ressaltando a importância de se formar uma rede de proteção efetiva às mulheres vítimas de violência. Ela comunicou, também, que a secretária municipal de Assistência Social, Samara Ramos, não pôde estar presente por motivos de saúde, pois se encontra em tratamento de fibromialgia na cidade de São Luís. Ainda assim, Samara deixou registrada sua gratidão ao presidente da Casa e expressou o desejo de que todos se solidarizem e se sensibilizem diante dos abusos sofridos pelas mulheres. Janaina enfatizou que a Secretaria de Assistência Social e todos os seus órgãos estão de portas abertas para acolher toda a população Gonzaguense, especialmente as mulheres. Informou sobre os postos de atendimento disponíveis no povoado Nova Vida, na sede e na zona rural. Ressaltou que o CREAS está localizado no bairro Novo, e o CRAS e a sede da assistência social funcionam na Prefeitura Municipal. Segundo ela, esses espaços contam com psicólogos, advogados e assistentes sociais prontos para oferecer apoio integral às vítimas de violência. Encerrando sua fala, Janaina convidou o senhor Fábio Miranda, assessor do juiz e representante do Judiciário, para se posicionar à frente e deixar suas contribuições ao evento.

O assessor do juiz, Fábio Miranda, iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos os presentes e agradecendo pelo convite para participar do evento. Destacou a relevância do tema abordado, que trata do combate à violência contra a mulher, enfatizando a importância de coibir qualquer forma de agressão nesse contexto. Fábio explicou que existe uma legislação específica voltada à proteção das mulheres, a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada em 2006. A norma visa garantir a proteção da mulher contra diferentes tipos de violência: física, psicológica, moral e patrimonial. Ressaltou que, para conter os agressores, a legislação prevê uma série de sanções, sendo as principais o afastamento do lar, a proibição de contato com a vítima, seus familiares ou testemunhas dos fatos. Informou ainda que, caso o agressor descumpra qualquer medida protetiva deferida, mesmo após devidamente intimado, poderá ter sua prisão preventiva decretada, já que o descumprimento configura crime, conforme previsto no artigo 24-A da Lei Maria da Penha. Ao abordar a realidade do estado do Maranhão, e especialmente do município de São Luís Gonzaga, o assessor destacou os esforços do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para fortalecer os mecanismos de combate à violência contra a mulher. Um desses mecanismos é a *atermação online*, que permite que mulheres vítimas de violência possam solicitar medidas protetivas de urgência diretamente pelo site do TJMA (www.tjma.jus.br), sem a necessidade de se deslocar até uma delegacia.

Fábio explicou que, no portal, na guia "Cidadão", localizada no canto superior esquerdo, há um link específico para o registro de ocorrências relacionadas à violência doméstica. Ele frisou que todo o



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

processo referente a esses casos tramita em segredo de justiça, o que garante a proteção da identidade da vítima e evita represálias, o que, segundo ele, deve encorajar as mulheres a denunciarem seus agressores. Comentou também que, em São Luís Gonzaga, ao receber uma representação solicitando medida protetiva de urgência, o Judiciário costuma emitir uma decisão judicial no prazo máximo de 24 horas. Essa decisão pode ser concedida de forma liminar, ou seja, antes mesmo da manifestação do Ministério Público, visando assegurar a proteção imediata da vítima. O oficial de justiça é responsável por intimar tanto o agressor quanto a vítima dentro desse mesmo prazo. Fábio esclareceu que essas medidas têm um prazo de validade, pois a lei não permite que sejam aplicadas por tempo indeterminado. Inicialmente, costuma-se fixar um período de 60 dias. Durante esse tempo, o Judiciário adota providências complementares, como oficiar a Secretaria de Assistência Social para acompanhar o caso e garantir apoio à vítima. Reafirmou o compromisso do Poder Judiciário em atuar de forma célere e eficaz na proteção das mulheres vítimas de violência, promovendo um ambiente seguro e acolhedor para todas. Fábio Miranda, assessor do juiz, continuou sua fala destacando que, ao deferir medidas protetivas de urgência, o Judiciário também comunica a Polícia Militar e oficia a Patrulha Maria da Penha. Aproveitou a ocasião para registrar publicamente um elogio aos integrantes da Patrulha Maria da Penha, ressaltando o trabalho excepcional que realizam em São Luís Gonzaga, trabalho esse que, segundo ele, não se observa com a mesma intensidade em outras comarcas. Parabenizou a equipe pelo comprometimento e empenho, destacando que, mesmo em regiões de difícil acesso no interior, os profissionais comparecem, acompanham os casos de perto e elaboram relatórios detalhados, o que é fundamental para coibir a violência contra a mulher. Ele afirmou que a presença do Estado e da Polícia é um fator inibidor para os agressores, pois demonstra que a rede de proteção está funcionando. No entanto, lamentou o aumento contínuo no número de casos. Informou que, entre 1º de janeiro e 22 de agosto de 2024, foram registradas 25 medidas protetivas de urgência no município — um número considerado alarmante. Acrescentou que, até o dia 27 de agosto de 2025, já foram concedidas 27 medidas, ou seja, um aumento de dois casos em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo ele, esse crescimento tem se repetido nos últimos cinco anos, revelando uma tendência preocupante. Fábio ressaltou que, para enfrentar essa realidade, é necessário mais do que a atuação do Judiciário. É preciso uma ação conjunta e eficaz das forças de segurança, incluindo a Polícia Militar, o Ministério Público, o próprio Judiciário e a sociedade civil. Enfatizou que, na maioria dos casos, as denúncias não partem da vítima, mas sim de vizinhos que acionam a polícia. A partir da chegada dos agentes, muitas mulheres se sentem mais seguras e encorajadas a relatar os abusos. Ao retomar a questão das medidas protetivas em São Luís Gonzaga, Fábio explicou que, após o prazo inicial de 60 dias, o Judiciário manda intimar pessoalmente a vítima. Um oficial de justiça vai até a residência da mulher



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

para verificar se ela deseja a continuidade da medida protetiva. Caso a vítima manifeste interesse, o juiz profere uma sentença julgando o pedido procedente e ratificando os efeitos da tutela antecipada. Essas medidas, então, continuam válidas até que haja nova decisão em sentido contrário. No entanto, ele lamentou que, na maioria dos casos, após esse prazo, as vítimas deixam de comparecer ao fórum ou declaram não ter mais interesse na manutenção da proteção. Nesses casos, o Judiciário não pode agir de ofício, e a jurisdição se encerra. Mesmo assim, Fábio esclareceu que, havendo nova necessidade, a vítima pode requerer novamente as medidas, pois a sentença, seja de procedência ou improcedência, não produz coisa julgada material, o que permite nova análise a qualquer tempo. Mencionou uma importante alteração legislativa ocorrida em 2019 com a promulgação da Lei nº 13.827. Segundo ele, essa norma representa um avanço significativo, especialmente para cidades onde não há comarca, juiz ou delegado — situação comum em diversas localidades do Maranhão. Com essa lei, a Polícia Militar passou a ter competência para conceder medidas protetivas de urgência em caráter excepcional, quando não houver autoridade judicial ou policial civil disponível. A medida concedida pela PM deve ser comunicada ao juiz competente no prazo de 24 horas, cabendo ao magistrado ratificá-la ou revogá-la, conforme o caso. Fábio reforçou a importância da atuação integrada entre as instituições e da sensibilização da sociedade para o enfrentamento efetivo da violência contra a mulher. Prosseguiu destacando que, após a concessão das medidas protetivas de urgência, o Ministério Público é devidamente intimado para se manifestar, pois é o titular da ação penal e o fiscal da lei. Ressaltou a importância dessa atuação conjunta no processo de proteção às vítimas. Além da possibilidade de requerer medidas protetivas de urgência online, por meio do portal do Tribunal de Justiça do Maranhão, Fábio informou que as vítimas também podem procurar diretamente o fórum da comarca de São Luís Gonzaga. Lá, no setor de atermação, é possível fazer o pedido presencialmente. Ele garantiu que, em no máximo 24 horas, uma medida será analisada e deferida, incluindo o afastamento do agressor do lar e a proibição de qualquer forma de contato com a vítima, seus familiares ou testemunhas — inclusive por meios digitais como Skype, WhatsApp ou outros aplicativos. Acrescentou ainda que o fórum dispõe de um número de telefone que pode ser disponibilizado para a população, facilitando o acesso ao Judiciário. Finalizou sua fala agradecendo novamente pelo convite e reforçando que o Poder Judiciário de São Luís Gonzaga do Maranhão está de portas abertas para acolher e atuar em defesa de todos aqueles que tiverem seus direitos violados. Agradeceu a atenção de todos e encerrou com um “muito obrigado”.

Janaína agradeceu a fala do Sr. Fábio Miranda. Em seguida, foi concedida a palavra à 1ª Tenente do Quartel de Operações da Polícia Militar, Soraya de Sousa Ibiapina Brito, que atua como Coordenadora da Patrulha Maria da Penha, vinculada ao 15º Batalhão de Polícia Militar.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

A Tenente Soraya de Sousa Ibiapina Brito iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes. Em seguida, expressou sua gratidão pela oportunidade de se manifestar em uma data tão significativa como o agosto Lilás, destacando a importância de abordar o tema da violência contra a mulher — um problema extremamente grave que demanda atenção e ações concretas. Em sua fala, ressaltou que estava representando o Comando de Policiamento de Área Interior, na pessoa do Coronel Túlio, bem como a Comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, Coronel Leila, ambos comprometidos com o enfrentamento à violência contra a mulher. Destacou que a Patrulha Maria da Penha do 15º BPM foi implantada há três anos, tendo completado seu terceiro aniversário de atuação no último dia 16. Desde então, o trabalho tem sido desenvolvido nas cinco cidades que compõem a área de abrangência do batalhão. A Tenente explicou que as atividades da Patrulha têm início a partir do recebimento das medidas protetivas de urgência. Assim que essas medidas são deferidas pela Justiça, a equipe é informada e inicia-se o atendimento, que começa com a localização das mulheres beneficiadas. Após o contato inicial e com o consentimento da vítima, inicia-se o acompanhamento, que perdura enquanto a medida estiver em vigor. Esse acompanhamento não se limita à presença física da equipe para verificar se houve tentativa de reaproximação por parte do agressor ou violação da medida judicial; inclui também o encaminhamento das mulheres a outros órgãos da rede de apoio, sempre que necessário. A oficial destacou que o trabalho da Patrulha Maria da Penha não se dá de forma isolada, mas em rede, conforme prevê a própria Lei Maria da Penha — considerada uma das três legislações mais avançadas do mundo no enfrentamento à violência doméstica. A lei contempla não apenas o acompanhamento policial, mas também apoio psicológico e cuidados com a saúde das mulheres que rompem com o ciclo da violência. Soraya enfatizou ainda que a legislação abrange todas as formas de violência — física, moral, psicológica e sexual —, e contempla também mulheres em relacionamentos homoafetivos e mulheres trans. Todas aquelas que denunciam e rompem com o ciclo de violência podem ser acompanhadas pela Patrulha Maria da Penha. Destacou com orgulho que, no Maranhão, onde a Patrulha atua há cerca de oito anos e já conta com mais de 20 unidades espalhadas pelo estado, não foi registrado nenhum caso de feminicídio entre as mulheres que estavam sob acompanhamento e com medidas protetivas deferidas. A Tenente Soraya destacou que o trabalho realizado pela Patrulha Maria da Penha exige muito empenho e dedicação, sempre com a preocupação de oferecer uma assistência integral às mulheres, indo além da segurança e da integridade física. Segundo ela, o cuidado estende-se também à família dessas mulheres, reconhecendo a complexidade das situações vivenciadas. Ela mencionou que, em São Luís Gonzaga, foram realizadas reuniões com a Secretaria de Assistência Social e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), com o objetivo de alinhar ações conjuntas no município. Ressaltou que, embora o foco principal da patrulha seja o acompanhamento presencial das mulheres



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

— por meio de visitas ou rondas nas proximidades de suas residências —, também é fundamental o trabalho de educação e conscientização. Esse trabalho educativo, conforme explicou a Tenente, busca alcançar tanto as mulheres que vivem em situação de violência, ajudando-as a conhecer os serviços disponíveis e os canais de atendimento, quanto a sociedade em geral, incentivando a denúncia e a colaboração de quem presencia essas situações. Ela enfatizou que viver com dignidade é um direito de todas as mulheres, e combater a violência é um dever coletivo — denunciar e prestar apoio são responsabilidades que cabem a todos. Além das visitas presenciais, a patrulha também realiza ações educativas em parceria com diversos órgãos da rede de apoio, bem como com instituições que solicitam esse trabalho. Palestras e campanhas são frequentemente promovidas, especialmente em datas como o agosto Lilás, o outubro Rosa e o mês de março, que marca o Dia Internacional da Mulher. A atuação da patrulha em São Luís Gonzaga teve início justamente durante o agosto Lilás, com uma palestra voltada aos agentes comunitários de saúde e demais profissionais da área, abordando a importância do atendimento inicial às vítimas de violência. Soraya explicou que, muitas vezes, as mulheres não procuram diretamente a Polícia Militar ou Civil, mas recorrem a outros serviços da rede de apoio. Em atendimentos médicos, por exemplo, é possível identificar casos de violência a partir de hematomas ou outros sinais físicos. Nesses momentos, estabelecer uma relação de confiança pode permitir que a vítima se abra ou que o profissional consiga perceber o que está acontecendo, viabilizando o encaminhamento necessário — mesmo que a mulher ainda não deseje formalizar a denúncia naquele momento, é possível orientá-la e garantir que não fique desamparada. A Tenente também ressaltou as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para romper com o ciclo da violência, que muitas vezes envolvem medo, vergonha, dependência financeira ou psicológica. Por isso, reforçou que é essencial acolher, jamais julgar. Quando uma mulher decide buscar ajuda, é fundamental que encontre apoio e compreensão. Segundo ela, o trabalho em São Luís Gonzaga tem contado com o importante apoio da Secretaria de Assistência Social e do CREAS, que prestam um serviço de excelência no município. A patrulha já conseguiu identificar diversos casos na cidade e também nos demais municípios atendidos pelo 15º BPM. Muitas mulheres aceitam o acompanhamento da patrulha durante o período de validade da medida protetiva, e são encaminhadas, conforme necessário, para atendimento psicológico, jurídico e social — especialmente em situações que envolvem filhos ou outras demandas familiares. Enfatizou que a Patrulha Maria da Penha não atua de forma isolada. O trabalho em rede é essencial, e a cooperação entre os diversos órgãos envolvidos é o que torna possível oferecer um atendimento completo e eficaz às mulheres em situação de violência. A Tenente Soraya reforçou que existe uma ampla rede de atendimento disponível para que as mulheres em situação de violência possam receber um acolhimento completo, que vai muito além da segurança física. Segundo ela, muitas vezes os casos



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

de violência são identificados em rodas de conversa realizadas durante palestras educativas. Nessas ocasiões, inicialmente, o público tende a permanecer mais calado e retraído, mas, à medida que o espaço é aberto para perguntas, as pessoas começam a se manifestar, fazendo perguntas, compartilhando dúvidas, e a interação se fortalece. É nesse momento, explicou a Tenente, que surgem oportunidades reais de identificar situações de violência e promover mudanças. Ela explicou que, embora a Polícia Militar e a Polícia Civil sejam canais diretos e acessíveis — especialmente nos casos mais evidentes de violência física —, é importante reconhecer que há outros tipos de violência igualmente graves, porém mais sutis, como a violência moral, patrimonial e sexual. Muitas vítimas se sentem constrangidas ao relatar esse tipo de agressão, o que não diminui sua gravidade. Além disso, situações de ameaça ou comportamentos agressivos, como a quebra de objetos dentro de casa, também configuram violência doméstica, mesmo que não haja agressão física direta. A Tenente destacou que a Patrulha Maria da Penha atua especificamente com mulheres que já romperam o ciclo da violência e possuem medidas protetivas deferidas, realizando o acompanhamento durante a vigência dessas medidas. No entanto, lembrou que qualquer guarnição da Polícia Militar está plenamente apta a atender ocorrências de violência doméstica, independentemente da natureza do caso, prestando o apoio inicial e encaminhando a vítima para os órgãos da rede de proteção. O objetivo, segundo ela, é garantir que toda mulher que decida romper com o ciclo de violência receba o suporte necessário para não retornar a esse contexto. Em seu relato, Soraya compartilhou um caso que a marcou profundamente: o de uma mulher com deficiência, sem renda própria, que havia obtido medida protetiva, mas optou por não ser acompanhada pela Patrulha Maria da Penha. A Tenente ressaltou que o acompanhamento é oferecido com respeito à decisão da vítima — jamais é imposto. No entanto, ao identificar a vulnerabilidade daquela mulher e perceber que ela se encontrava abalada, a equipe acionou os órgãos competentes da rede de apoio para garantir que ela e seus filhos recebessem a assistência necessária, especialmente na área psicológica e social. Por fim, ela reforçou que, mesmo quando a mulher opta por não ser acompanhada pela patrulha, a equipe busca garantir, por meio da rede de proteção, que nenhum caso fique sem atenção. A atuação da Patrulha Maria da Penha é feita com sensibilidade, respeito à autonomia da mulher e comprometimento com a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica em todas as suas formas. A Tenente Soraya abordou a importância de reconhecer e agir diante das situações de vulnerabilidade em que muitas mulheres se encontram. Segundo ela, é fundamental garantir que essas mulheres não se sintam sozinhas após realizarem a denúncia ou obterem uma medida protetiva, mesmo quando optam por não ser acompanhadas diretamente pela Patrulha Maria da Penha. Ela explicou que, em muitos casos, as vítimas enfrentam não apenas a coação direta do agressor, mas também pressões familiares, principalmente quando existe uma dependência



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

financeira. Essas situações, relatou, tornam o trabalho ainda mais desafiador. Contudo, a equipe da Patrulha está preparada e comprometida, formada por profissionais capacitados e sensíveis à causa. Citou com destaque os Sargentos Valderir e Narjara, que atuam diretamente com essas mulheres e demonstram constante preocupação com os casos, mesmo quando não estão em serviço ou realizando rondas e visitas presenciais. A Tenente destacou que, ao identificar situações de risco, a equipe compartilha as informações com colegas da Polícia Militar e também com outros órgãos da rede de proteção, garantindo que a assistência seja contínua. Essa articulação entre profissionais tem sido essencial para o sucesso da atuação da Patrulha ao longo dos três anos de existência. Ela ressaltou que, apesar dos desafios, houve muitos avanços e que a expectativa é continuar progredindo cada vez mais. Soraya também enfatizou o papel da educação na prevenção da violência doméstica. Para ela, é essencial iniciar esse trabalho desde a infância, pois muitas crianças já convivem com a violência em casa. As ações educativas, segundo ela, são uma oportunidade de alcançar famílias inteiras e construir um caminho de conscientização e proteção. Ela reconheceu a gravidade e a tristeza do tema, reforçando que é indispensável falar sobre violência doméstica nos dias de hoje, justamente porque ainda não é possível viver em paz enquanto tantas mulheres convivem com a violência. A Tenente afirmou que essas mulheres não estão sozinhas — elas contam com a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Judiciário, as Secretarias Municipais e os Centros de Referência, todos comprometidos em oferecer o suporte necessário. Encerrando sua fala, agradeceu a oportunidade de compartilhar essas reflexões e finalizou com uma frase marcante de Maria da Penha a mulher que deu nome à lei: **"A vida inicia quando a violência encerra.** Desejou um bom dia a todos os presentes.

Janáina registrou a presença dos policiais militares do destacamento de São Luís Gonzaga. Em seguida, concedeu a palavra ao Sargento Nadson, que foi convidado a representar o destacamento da Polícia Militar de São Luís Gonzaga do Maranhão.

O Sargento Nadson iniciou sua fala cumprimentando cordialmente a todos os presentes, dirigindo-se inicialmente ao Presidente da Câmara de Vereadores, Greison do Birino, e estendendo seus cumprimentos aos demais vereadores que compõem a Casa Legislativa. Saudou também o representante do Judiciário, Fábio, a Tenente Soraya e sua guarnição, representantes da Patrulha Maria da Penha, bem como toda a sociedade civil presente no evento. Em sua fala, o Sargento destacou a atuação da Polícia Militar no município de São Luís Gonzaga, apresentando dados relativos ao ano em curso. Informou que, dentre as diversas ocorrências atendidas pelo destacamento, 18 foram relacionadas à Lei Maria da Penha. Ressaltou que as guarnições da PM são frequentemente acionadas em momentos críticos, quando a situação já atingiu um estágio mais grave — como casos de agressão, ameaça ou descumprimento de medida protetiva —, exigindo uma



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

intervenção imediata e eficaz por parte da corporação. O militar ressaltou a importância da participação da sociedade nesse processo, destacando a mudança de mentalidade que vem ocorrendo. Mencionou que a ideia de que "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher" tem sido superada, e reforçou que, sim, é preciso intervir. Lembrou que muitas vítimas vivem em ciclos de dependência emocional, psicológica ou financeira, e que o apoio externo é fundamental para ajudá-las a romper com essa realidade. O Sargento Nadson reafirmou o compromisso da Polícia Militar em não se omitir diante de casos de violência doméstica e reconheceu os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, que completa 19 anos de existência. Apesar dos progressos, alertou que ainda há muito a ser feito, especialmente diante dos casos recentes, de repercussão nacional, envolvendo agressões brutais contra mulheres. Destacou que a lei, por si só, é uma ferramenta importante, mas que seu sucesso depende de ações preventivas, da conscientização e do fortalecimento da rede de apoio às vítimas. Nesse contexto, elogiou a atuação da Patrulha Maria da Penha em São Luís Gonzaga, coordenada pela Tenente Soraya, que, segundo ele, tem exercido um trabalho eficiente e comprometido. Para o sargento, a presença constante da patrulha tem ajudado a desconstruir a imagem da Polícia Militar como uma força meramente repressiva, contribuindo para criar vínculos de confiança com as vítimas e suas famílias. Ele pontuou que essa relação de confiança é essencial, pois, muitas vezes, no primeiro contato com a polícia, a realidade dos fatos é minimizada pelas próprias vítimas ou seus familiares. O acompanhamento da Patrulha Maria da Penha permite que, em futuras intervenções, as mulheres se sintam mais seguras para relatar a verdadeira extensão das situações que enfrentam. Ao final, reiterou que, até o momento, 18 intervenções resultaram em prisões relacionadas à Lei Maria da Penha somente neste ano, o que evidencia a gravidade e a frequência dos casos. Encerrou sua fala fazendo um apelo à sociedade para que continue vigilante e participativa, reforçando que qualquer forma de agressão — seja física, psicológica, moral ou patrimonial — contra a mulher é crime e deve ser denunciada. Agradeceu a todos pela atenção e afirmou que a Polícia Militar de São Luís Gonzaga do Maranhão permanece à disposição da população. Garantiu que, enquanto estiver à frente do destacamento, não haverá recuo diante do enfrentamento à violência contra a mulher.

Janaina expressou sua gratidão pela fala do Sargento Nadson e de toda a equipe da Polícia Militar de São Luís Gonzaga, destacando a importância das informações apresentadas, que incluíram dados e palavras-chave, além da atuação diária do Sargento na cidade. Em seguida, ela convidou o corpo técnico da assistência social, chamando a psicóloga Dra. Ana Paula para compartilhar sua fala sobre o ciclo da violência contra a mulher.

A Dra. Ana Paula iniciou sua fala cumprimentando o presidente da câmara, os vereadores, as autoridades presentes e toda a comunidade ali reunida. Ela se dirigiu à casa legislativa para tratar de



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

um tema de extrema relevância: a violência contra a mulher, especialmente no contexto do agosto Lilás, mês dedicado à conscientização e ao enfrentamento dessa grave violação de direitos. Segundo a psicóloga, o agosto Lilás não deve ser visto apenas como uma campanha simbólica, mas sim como um verdadeiro chamado à sociedade para romper ciclos de violência e transformar realidades. Ela reconheceu os avanços da legislação brasileira nesse campo, mas ressaltou que os números apresentados ainda são alarmantes. "Enquanto estamos aqui, neste exato momento, muito provavelmente uma mulher está sofrendo violência doméstica", alertou. Dra. Ana Paula enfatizou que os dados oficiais não refletem toda a realidade, já que muitas vítimas ainda não conseguem denunciar por medo, dependência financeira ou emocional, ou por falta de acolhimento por parte da família, da sociedade e da própria comunidade. Destacou que a violência contra a mulher não se limita à agressão física — ela pode ser também psicológica, moral, sexual e patrimonial. Cada uma dessas formas deixa marcas profundas, muitas vezes invisíveis, que destroem a autoestima, a dignidade e a esperança das vítimas. Ela reforçou que o combate à violência contra a mulher não é uma responsabilidade exclusiva do Estado ou das autoridades policiais, mas sim de toda a sociedade. Quando uma vizinha ouve gritos e se cala, quando uma família silencia diante de um relacionamento abusivo, ou quando uma comunidade naturaliza piadas machistas e comportamentos violentos, todos estão contribuindo para a manutenção de um ciclo de dor. Dra. Ana Paula destacou a importância de se construir uma rede de apoio, de educar filhos e filhas para o respeito, de fortalecer canais de denúncia como o 180 e de apoiar políticas públicas que garantam um atendimento digno às mulheres em situação de violência. Ela aproveitou o momento para fazer uma menção especial à passeata que seria realizada no dia seguinte, organizada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, liderada pelo Pastor Roberto Luís Gomes. Segundo ela, a igreja atua há mais de 20 anos promovendo campanhas contra a violência em suas diversas formas. Ao encerrar sua fala, Dra. Ana Paula chamou atenção para o significado da cor que todos vestiam naquele dia. Disse que o laço lilás não deve ser apenas um acessório ou uma publicação nas redes sociais, mas sim um símbolo de compromisso — o compromisso de cada vereador e vereadora em apoiar leis e projetos que protejam as mulheres, e o compromisso de cada cidadão em não se calar diante da violência. Finalizou com um apelo: que o mês de agosto seja um ponto de partida para a construção de uma sociedade mais justa, humana e segura para todas as mulheres. "Quando uma mulher é violentada, toda a sociedade adocece. Mas quando uma mulher é respeitada e protegida, toda a sociedade floresce", concluiu.

Após a fala da psicóloga, Janaina ressaltou que o município dispõe de uma rede de atendimento preparada para acolher e apoiar mulheres em situação de violência. Informou que o posto de atendimento do povoado Nova Vida conta com psicólogo e assistente social, e que o CRAS de São Luís Gonzaga também possui profissionais da área de psicologia e assistência social à disposição da



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: Nº 23.697.857/0001-08
São Luís Gonzaga do Maranhão - MA
Marlene de Sousa Jerônimo Apoliano
1º Secretário

ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

comunidade. Destacou ainda que o CREAS oferece apoio jurídico, com advogados, além de assistência psicológica e social, integrando toda uma rede de proteção. Janaina enfatizou que esses serviços estão de portas abertas para atender qualquer mulher que esteja passando por situação de violência ou que precise de orientação e apoio. Encorajou as mulheres a procurarem esses espaços para conversar com a equipe, garantindo que todas serão acolhidas com cuidado e respeito. Dando continuidade à programação, ela convidou a assistente social do CREAS, Jaqueline, para trazer suas contribuições ao evento.

Jaqueline iniciou sua fala cumprimentando cordialmente todos os presentes, saudando com respeito os vereadores, o presidente da Câmara, a sociedade civil e todos que acompanhavam o momento pelas plataformas de comunicação. Apresentou-se como assistente social, atualmente atuando no CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social — do município de São Luís Gonzaga. Explicou que o trabalho desenvolvido no CREAS é voltado tanto para a prevenção quanto para o acolhimento de mulheres em situação de violência, com orientações e estratégias que buscam combater e tratar os diversos tipos de violência doméstica. Jaqueline destacou que, muitas vezes, ao se falar em violência contra a mulher, a sociedade imediatamente associa ao agressor físico, quando a mulher já apresenta ferimentos visíveis. No entanto, ela alertou que a violência possui várias formas e fases, conforme já havia sido pontuado anteriormente pela psicóloga. Ressaltou que a violência física geralmente é o último estágio de um ciclo contínuo de agressões, e que o objetivo da rede de proteção é atuar na prevenção, para evitar que os casos evoluam a esse ponto — ou, em situações extremas, ao feminicídio. Apesar de São Luís Gonzaga ser uma cidade de pequeno porte, Jaqueline alertou para os altos índices de violência contra a mulher e destacou que, infelizmente, o município já registrou diversos casos de feminicídio que causaram grande comoção. A assistente social chamou atenção para uma forma de violência que muitas vezes passa despercebida e sequer entra nas estatísticas: a violência patrimonial. Explicou que muitas mulheres atendidas pela rede de apoio são financeiramente dependentes de seus agressores, o que se torna um obstáculo para romperem o ciclo de violência. O medo de perder o sustento da casa, aliado à falta de autonomia, impede que muitas denunciem ou busquem ajuda. Durante o agosto Lilás, Jaqueline informou que foram firmadas várias parcerias entre a assistência social, a Patrulha Maria da Penha, a saúde e a educação. O objetivo dessas ações integradas é preparar todos os setores para acolher mulheres que, mesmo sem coragem de denunciar formalmente, buscam formas de pedir socorro. Nesse contexto, a rede trabalha com o acolhimento, buscando restaurar a autoestima e a autonomia da mulher para que ela consiga, em algum momento, romper o ciclo de violência. Enfatizou ainda que, além de campanhas de conscientização, é fundamental investir em políticas públicas que promovam a autonomia feminina, como programas de capacitação profissional e empreendedorismo. Aproveitou a



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

oportunidade para fazer um apelo à Câmara Municipal, valorizando a presença feminina no legislativo e pedindo que os parlamentares olhem com atenção para essa demanda, promovendo ações concretas de fortalecimento da rede de apoio. Por fim, Jaqueline reforçou que todos os órgãos do município — CREAS, CRAS, Polícia, Saúde — estão de portas abertas e preparados para receber denúncias e encaminhamentos. Incentivou as mulheres, familiares ou pessoas que conheçam vítimas de violência a buscarem ajuda, garantindo que serão acolhidas com seriedade e respeito. Relembrou também os canais de emergência, como o 190 e o 180, disponíveis para atender as mulheres gonzaguenses. Encerrando sua fala, agradeceu a atenção de todos e desejou um bom dia.

Janaina convidou a advogada Dra. Angélica Amaral para fazer suas considerações e contribuir com o importante debate que estava sendo realizado.

A Dra. Angélica iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, em especial o presidente da Câmara e os vereadores. Apresentou-se como advogada do CREAS, onde atua há seis meses, e aproveitou o momento para fazer um apelo por mais atenção e comprometimento com uma causa urgente: a proteção das mulheres contra a violência. Ela destacou os importantes avanços conquistados no Brasil, como a Lei Maria da Penha e a criação de diversos órgãos de proteção, ressaltando que o município de São Luís Gonzaga pode e deve fazer parte dessa solução. Segundo a advogada, é necessário investir em políticas de prevenção, acolhimento e proteção, e unir esforços como sociedade para fortalecer a rede de apoio já existente. Dra. Angélica enfatizou a importância de apoiar iniciativas como a Patrulha Maria da Penha, promover campanhas educativas e, principalmente, legislar de forma a garantir mais segurança e proteção às mulheres do município. Pediu à Câmara que se una à sociedade civil nesse compromisso de defesa da dignidade humana, da família e da coletividade. Concluiu sua fala reforçando que é essencial transformar palavras em ações concretas, para que nenhuma mulher em São Luís Gonzaga — ou em qualquer outro lugar — sintasse sozinha ou desamparada diante da violência. Agradeceu a atenção de todos e encerrou com um agradecimento.

Janaina agradeceu, mais uma vez, à Câmara Legislativa, em nome do presidente Greison e de todos os vereadores, pela abertura do espaço e pela receptividade ao importante debate sobre o enfrentamento à violência contra a mulher. Destacou que o objetivo da ação, realizada em parceria com a Polícia Militar, a Patrulha Maria da Penha e demais órgãos municipais, além da participação do colega Fábio Miranda, representando o Judiciário, foi unir forças entre os poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — em torno dessa causa urgente. Reforçou o pedido de apoio aos vereadores, que representam o povo gonzaguense, para que possam atuar de forma integrada e comprometida com a superação do ciclo de violência, como também havia sido mencionado pelo vereador Eleonilson. Agradeceu a contribuição de todos os participantes, incluindo as equipes do CRAS e do



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

CREAS, com destaque para a atendente Soraia, o Sargento Nadson e toda a Polícia Militar, reconhecendo o papel fundamental de cada um nesse esforço coletivo. Janaina fez um apelo emocionado para que todos se engajem na missão de informar e conscientizar a população, lembrando que todos têm mães, filhas, irmãs, vizinhas e amigas que, muitas vezes, estão vivendo situações de violência silenciosa, como foi destacado pela psicóloga durante sua fala. Reforçou que o conhecimento liberta e que a informação é uma ferramenta poderosa para romper o ciclo de violência. Solicitou, ainda, que os vereadores e demais presentes levem adiante as informações compartilhadas, e que o Legislativo municipal olhe com mais atenção para as mulheres da sociedade gonzaguense, propondo e apoiando ações concretas. Agradeceu novamente à Câmara pelo espaço e reforçou que os órgãos municipais estão à disposição para continuar prestando atendimento e apoio. Anunciou, também, a realização de uma ação semelhante na próxima terça-feira, a partir das 17h, no povoado Nova Vida, onde haverá um momento informativo para as mulheres da zona rural, além de um aula de Zumba Fitness na quadra de esportes. Destacou que a vereadora Marilene já foi convidada e estendeu o convite a toda a população, especialmente às mulheres tanto da zona rural quanto da sede do município. Finalizou lembrando que o compromisso com o enfrentamento à violência contra a mulher não se restringe ao mês de agosto. Reforçou que a atuação dos órgãos municipais, da Polícia Militar e do Judiciário é contínua, durante todo o ano, com o objetivo de oferecer acolhimento, proteção e justiça às mulheres em situação de violência em São Luís Gonzaga. Agradeceu a todos e se despediu, colocando-se à disposição, juntamente com toda a rede de apoio do município.

A vereadora Marilene fez uso da palavra para lembrar que a Câmara Municipal de São Luís Gonzaga conta com a Procuradoria da Mulher, um órgão que está à disposição para auxiliar nas demandas relacionadas à violência contra a mulher. Informou que ela, juntamente com a vereadora Marineide, está à frente desse trabalho e destacou que, atualmente, cinco vereadoras compõem o Legislativo Municipal, todas comprometidas com essa causa. Ressaltou que a Câmara está de portas abertas para acolher denúncias e encaminhá-las aos órgãos competentes, oferecendo suporte às mulheres em situação de vulnerabilidade. Acrescentou que foram protocolados requerimentos solicitando a criação da Secretaria da Mulher, considerando essa iniciativa de extrema importância para o município. A vereadora enfatizou que, quanto mais órgãos forem criados para atender as mulheres, mais eficaz será o enfrentamento à violência, fortalecendo a rede de apoio e proporcionando mais confiança às vítimas para romperem o ciclo do silêncio. Reforçou que mesmo denúncias anônimas são válidas e importantes. Encerrando sua fala, reafirmou o compromisso da Câmara Municipal, por meio do Poder Legislativo, em estar ao lado da população nessa luta, colaborando de forma ativa na defesa e proteção das mulheres de São Luís Gonzaga.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

Janaina agradeceu a todos os presentes e, encerrando sua participação, passou a palavra ao presidente da Câmara, vereador Greison.

O vereador e presidente da Câmara, Greison, iniciou sua fala agradecendo e parabenizando a coordenadora do CREAS, Janaina, pela importante iniciativa da realização do evento. Estendeu seus agradecimentos à Patrulha Maria da Penha e ao 15º Batalhão da Polícia Militar, na pessoa da policial Soraia, reconhecendo o trabalho sério e comprometido desenvolvido na cidade. Também fez questão de parabenizar o Sargento Nadson pelo excelente serviço prestado à população de São Luís Gonzaga, bem como o Dr. Fábio, que, segundo ele, tem desempenhado um trabalho digno de mérito e reconhecimento por parte de toda a comunidade local. O presidente agradeceu ainda a contribuição da psicóloga Ana Paula, da assistente social Jaqueline e da advogada Angélica Amaral, destacando a importância de cada uma das falas apresentadas durante o evento. Parabenizou todas as profissionais envolvidas pela relevância do debate promovido. Dirigindo-se às mulheres presentes, Greison agradeceu a participação da comunidade e incentivou todas a levarem adiante as informações discutidas. Reforçou que a Câmara Municipal, composta por 11 vereadores, está à disposição da população de São Luís Gonzaga, comprometida em defender os direitos e interesses de todos, especialmente das mulheres. Finalizou reafirmando que a Casa Legislativa estará sempre de portas abertas para atender às demandas da sociedade. Antes de encerrar, convidou todos os presentes para participarem do lanche oferecido na Câmara, informando que a sessão ordinária seria suspensa por cinco minutos para esse momento de confraternização, e que, em seguida, os trabalhos legislativos teriam continuidade.

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO Nº 017/2025, que requer construção de uma praça pública em frente ao posto de saúde e pavimentação em bloquetes em toda a extensão da via principal, ambos no Povoado Olho D'Água dos Grilos. **Autora: Antônia Hermenegilda Canuto. O Presidente Greison** solicitou à Primeira Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura do Requerimento Nº 017/2025 de autoria da vereadora Antônia Hermenegilda Canuto. Logo em seguida, o presidente Greison colocou o Requerimento Nº 017/2025 de autoria da vereadora Antônia Hermenegilda Canuto em discussão. **A vereadora Antônia Canuto** cumprimentou a todos. Falou que seu requerimento foi um pedido dos moradores do Povoado Olho D'Água dos Grilos. Falou que esse povoado é populoso e que os moradores precisam de uma praça para seu lazer. Pediu para que os vereadores votem a favor de seu requerimento. Falou que o calçamento de bloquetes é necessário. Falou que os moradores



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

também reclamaram da iluminação pública e que ela falou com o prefeito sobre esse assunto, enfatizando que o gestor garantiu o problema seria solucionado na próxima semana. Falou que outros povoados também estão com o mesmo problema, citando-os: Povoados da Promissão, Morada Nova do Deusdete, Pedrinhas, Potó Velho, Potozinho e Impueiras. Logo em seguida, o presidente Greison colocou o Requerimento Nº 017/2025 de autoria da vereadora Antônia Hermegilda Canuto em votação. O requerimento Nº 017/2025 foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

REQUERIMENTO Nº 012/2025, que requer o restabelecimento da iluminação pública no Povoado Olho D'Água dos Grilos. **Autor: Rafael Luna Dantas da Silva.**

REQUERIMENTO Nº 013/2025, que requer o piçarramento da Rua Nova no Povoado Natal. **Autor: Rafael Luna Dantas da Silva.** O Presidente Greison solicitou à Primeira Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura dos Requerimentos Nº 012/2025 e 013/2025 de autoria do vereador Rafael Luna Dantas da Silva. Logo em seguida, o presidente Greison colocou os Requerimentos Nº 012/2025 e 013/2025 de autoria do vereador Rafael Luna Dantas da Silva em discussão. O vereador Rafael Dantas cumprimentou a todos. Falou que seu requerimento Nº 012/2025 falou que esse povoado estar sem iluminação pública há vários dias. Pediu aos vereadores que votem a favor de seu requerimento. Ressaltou que é um absurdo não haver iluminação pública e haver cobrança de taxa de iluminação pública na conta de energia. Falou que seu requerimento 013/2025 foi uma solicitação dos moradores do Povoado Natal para que o gestor faça a raspagem e coloque a piçarra. Pediu aos vereadores que votem a favor do seu requerimento. A vereadora Antônia Canuto falou que são oito postes de energia com problemas no Povoado Olho D'Água dos Grilos. O vereador Rafael Dantas pediu para que todos os vereadores cobrassem a resolução dos problemas do município. O vereador Eliseu cumprimentou a todos. Solicitou a resolução do problema da iluminação pública da cidade, enfatizando que já fez várias contagens de postes na zona rural do município que não estão funcionando. Expôs que já fez vários pedidos e que nunca foi atendido. Explanou que os moradores do Povoado Azedo pediram iluminação pública para seu povoado, enfatizando que estão no escuro. Pediu que a gestão coloque luz nos postes do Povoado Azedo. Expôs que na sua rua também não há iluminação nos postes. Pediu a que a gestão resolva essa situação, pois a taxa de iluminação pública está sendo paga. Falou que vai continuar cobrando melhoras para o município. A vereadora Anne Karolline cumprimentou a todos. Falou que os moradores do Bairro Trizidela reclamaram que estão sem iluminação pública e que o bairro tem muitas valas, o que leva com as pessoas tropecem nelas, principalmente os idosos, dado que o bairro estar no escuro. Reforçou que o Povoado Nova Vida estar sem iluminação pública. Ressaltou que no povoado há muito idoso e que eles têm dificuldades de irem para igreja por causa da escuridão. O vereador Eliseu enfatizou que a empresa tem que trazer lâmpadas originais. O presidente Greison falou que a empresa que fornece o serviço de iluminação pública tem que passar por um processo de licitação e que o resultado da licitação tem que ser divulgado no portal de transparência. Falou que a empresa tem que fornecer um serviço de qualidade e que o gestor tem que cobrar. Falou que



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

essa situação é lamentável e que o papel do vereador é cobrar as devidas soluções para o problema. **O vereador Eleonilson** cumprimentou a todos. Falou que nesse momento estar sendo apresentando vários requerimentos que têm como propósito a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento do município. Falou que desde o início do ano legislativo que o problema da iluminação pública é discutido nas sessões da câmara municipal. Ressaltou que são dois os responsáveis para a resolução desse problema: O gestor municipal e a empresa responsável em ofertar o serviço de iluminação pública ao município. Falou que o gestor tem o dever de cobrar dessa empresa compromisso, dignidade e um trabalho decente na prestação de serviço, pois ela passou por um processo licitatório para poder ofertar esse serviço e, uma vez que a empresa não estar fazendo o trabalho para o qual foi contratada, o gestor pode romper com o contrato, desde que o gestor prove que o serviço não estar sendo ofertado. Ressaltou que todos tem que colocar outras hipóteses também em consideração, como o fato de que talvez o gestor possa estar sendo conivente com essa situação. Elencou vários fatores que provam isso: Primeiro, enfatizou sobre o porquê essa empresa ainda não tem uma empresa física no município, dado que ela é responsável por ofertar o serviço de iluminação pública do município. Falou que no contrato tem que haver uma cláusula onde elenca que a empresa tem que ter um escritório na cidade para atender a população. Solicitou ao presidente Greison que a mesa diretora emita um ofício á empresa responsável pela iluminação pública do município para que eles expliquem o que estar acontecendo. **O Presidente Greison** pediu o aparte para esclarecimentos. Enfatizou que os vereadores têm que saber, através do diário oficial, qual é a empresa que fornece o serviço de iluminação pública ao município. Ressaltou que não saber se realmente existe uma empresa responsável é uma deficiência dos vereadores e que eles precisam se reunir para elucidar essa questão. **O vereador Eleonilson** para que a administração pública seja contatada por meio de um ofício para que ela preste esclarecimento sobre a empresa responsável pela iluminação pública, sendo que não será necessário que os vereadores se reúnam. Falou que é inaceitável essa questão ser abordada em todas as sessões, sendo que tem outros assuntos para serem debatidos. Ressaltou que é inaceitável a população não se beneficiar desse serviço, sendo que ele é pago através da taxa de iluminação pública. Ressaltou que os vereadores têm que cobrar ao gestor e a empresa responsável e, se possível, representar judicialmente contra a empresa para que o serviço seja ofertado com deve ser ofertado. **O Presidente Greison** garantiu que iria conversar com o gestor municipal sobre o assunto e falou que estar confiante que ele irá recebê-lo bem e que irá tratar do assunto com responsabilidade. **O vereador Eleonilson** pontuou que as lâmpadas que são colocadas nos postes não são lâmpadas de qualidade, pois não são adequadas para suportar a grande carga de energia dos postes, fazendo com que elas queimem com facilidade. Expôs o exemplo de quando a pessoa vai ao supermercado comprar lâmpada para sua casa. O vereador pontuou que deve ser observado o caráter da empresa, pois há empresas que querem ter lucros altos e ofertam produtos de baixa qualidade para compor o serviço ofertado. **O Presidente Greison** discordou, pontuando que as lâmpadas são de boa qualidade e que o fato de haver muita queda de energia na cidade, acaba por ocasionar a deterioração das lâmpadas. **A vereadora Antônia Canuto** falou que no Povoado Nova Vida as lâmpadas que foram colocadas há pouco tempo já estão queimadas. A



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

vereadora lembrou um fato que aconteceu na gestão passada, onde foi votado um projeto de lei que foi usado para fazer cobranças indevidas. **A vereadora Anne Karoline** relatou um episódio de falta de energia no Povoado Nova Vida, enfatizando que essa situação traz muitos prejuízos para os moradores e para os comerciantes que perdem suas mercadorias. **A vereadora Marilene** falou que os moradores da Rua da Sacola relataram que a rua estar sem energia nos postes. **O vereador Rafael Dantas** relatou que o Povoado São Benedito do Vale também estar sem energia nos postes. Logo em seguida, o presidente Greison colocou os Requerimentos Nº 012/2025 e 013/2025 de autoria do vereador Rafael Luna Dantas da Silva em votação. Os Requerimentos Nº 012/2025 e 013/2025 foram **APROVADOS POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

REQUERIMENTO Nº 010/2025, que requer a terraplanagem e empiçarramento para melhoria da infraestrutura da rua Izabel Aguiar da comunidade Monte Cristo. **Autora: Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano.** **O Presidente Greison** solicitou à Primeira Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura do Requerimento Nº 010/2025 de autoria da vereadora Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano. Logo em seguida, o presidente Greison colocou o Requerimento Nº 010/2025 de autoria da vereadora Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano em discussão. A vereadora Marilene Jerônimo falou que a terraplanagem dessa estrada é muito importante, pois os moradores precisam de uma estrada em bom estado para transitar. Relatou que se uma pessoa ficar doente e precisar vir até a cidade, precisará ser carregada, pois a estrada estar em péssimo estado. Ressaltou que a gestão municipal tem que observar esse problema com mais afinco, pois se não o fizer, até as casas podem ser soterradas. Falou que os moradores clamam por melhoras na Rua Izabel Aguiar. Pediu aos vereadores que votem a favor do seu requerimento.

Logo em seguida, o presidente Greison colocou o Requerimento Nº 010/2025 de autoria da vereadora Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano em votação. O requerimento Nº 010/2025 foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

REQUERIMENTO Nº 007/2025, que requer a cobertura dos bueiros das Massarandubas e Arquidabanca. **Autor: Greison Ribeiro Araújo.**

REQUERIMENTO Nº 008/2025, que requer o empiçarramento de todas as estradas vicinais que interligam com a MA-247 (do outro lado do rio). **Autor: Greison Ribeiro Araújo.** **O Presidente Greison** solicitou à Primeira Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura dos Requerimentos Nº 007/2025 e 008/2025 de autoria do vereador Greison Ribeiro Araújo. Logo em seguida, o Vice - Presidente Eraldo colocou os Requerimentos Nº 007/2025 e 008/2025 de autoria do vereador Greison Ribeiro Araújo em discussão. **O vereador Eliseu** falou que esse trabalho já estar atrasado há nove meses. Pediu ao secretário de obras que coloque bueiros no Povoado Arquidabam. Pediu atenção ao lugar onde ele e o Presidente Greison nasceu e se criou. **O vereador Greison** que ainda não houve a disponibilização dos maquinários para a cobertura desses bueiros. Reiterou que



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

os moradores estão fazendo muitas cobranças. Falou que a construção dos bueiros é de extrema importância para a mobilidade dos moradores desses dois povoados. Relembrou um requerimento sobre uma ponte que foi requerida para essa localidade. O vereador pontuou que já conversou com o prefeito e que ele o relatou que assim que o maquinário estiver liberado, as construções desses bueiros irão se realizar. Falou que entende que não tem como o prefeito empicar todos os povoados de imediato, pois os recursos são limitados. Ressaltou que espera que pelo menos a colocação de piçarra seja feita em algumas localidades, pois o inverso já se aproxima. Ressaltou também que os ônibus escolares também vão precisar trafegar nesse período. Logo em seguida, o Vice - Presidente Eraldo colocou os Requerimentos Nº 007/2025 e 008/2025 de autoria do vereador Greison Ribeiro Araújo em votação. Os Requerimentos Nº 007/2025 e 008/2025 foram **APROVADOS POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

PROJETO DE LEI Nº 006/2025, que dispõe sobre a regulamentação no âmbito do município de São Luís Gonzaga do Maranhão a exploração de serviços de transporte individual de passageiros em táxis e dá outras providências. **Autor: Poder Executivo Municipal. O Presidente Greison** solicitou à Primeira Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura do Projeto de Lei Nº 006/2025 de autoria Poder Executivo Municipal. **O presidente Greison** encaminhou o Projeto de Lei 006/2025 para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). **A vereadora Antônia Canuto** pediu a dispensa do grande expediente. **O Presidente Greison** colocou a dispensa do grande expediente em votação, sendo **APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.** **O Presidente Greison** convidou a todos para a Audiência Pública que iria acontecer no dia vinte e seis de agosto de 2025. A vereadora Marilene falou que estava aberta a escuta da lei Audi Blanc, enfatizando que seria uma oportunidade de participar respondendo o questionário que será disponibilizado a todos os fazedores de cultura do município. O presidente Greison, sem mais delongas, declarou encerrada, com a proteção de Deus, a sessão do dia vinte e dois de agosto de 2025.

São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, 22 de agosto de 2025.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

Greison Ribeiro Araújo

GREISON RIBEIRO ARAÚJO
Vereador – Presidente

Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano

MARILENE DE SOUSA JERÔNIMO APOLIANO
Vereadora – 1ª Secretária

Francisco Eraldo Silva de Oliveira

FRANCISCO ERALDO SILVA DE OLIVEIRA
Vereador – Vice-Presidente

Arlete Oliveira Nunes

ARLETE OLIVEIRA NUNES
Vereadora – 2ª Secretária

Eliseu Araújo de Sousa

ELISEU ARAÚJO DE SOUSA
Vereador – 2º Vice-Presidente

Anne Karolline da Conceição Santos

ANNE KAROLLINE DA CONCEIÇÃO SANTOS
Vereadora

Antônia Hermenegilda Canuto

ANTÔNIA HERMENEGILDA CANUTO
Vereadora

Eleonilson Nascimento Gomes

ELEONILSON NASCIMENTO GOMES
Vereador

Marineide Lisboa dos Santos

MARINEIDE LISBOA DOS SANTOS
Vereadora

Raimundo Nonato Moraes Salazar

RAIMUNDO NONATO MORAES SALAZAR
Vereador

Rafael Luna Dantas da Silva

RAFAEL LUNA DANTAS DA SILVA
Vereador